

Rotina de Estudos: Sistematização de Estratégias para Otimização da Aprendizagem Escolar

Erika Rodrigues Silva Mallmann¹ e Cynthia Borges de Moura²

1. Graduada em Pedagogia pela Faculdade Dinâmica das Cataratas. Mestranda de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino, pela UNIOESTE, *Campus Foz do Iguaçu*. Orientadora Educacional no Colégio Vicentino São José e Coordenadora Pedagógica no Colégio Estadual Juscelino Kubitschek de Oliveira (SEED/PR).

2. Doutora em Psicologia. Professora Adjunta na UNIOESTE. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino, na UNIOESTE, *Campus Foz do Iguaçu*, PR.

erika.igu@gmail.com e *cynthia-moura@hotmail.com*

Palavras-Chave

Avaliação
Estratégias de ensino
Orientação de estudos

Resumo:

O atual cenário da educação básica encontra-se frente a novas perspectivas e desafios para a modalidade. Percebe-se que novas concepções vêm sendo incorporadas no âmbito educacional sempre com a proposta de alcançar uma educação de qualidade. Neste sentido, o presente artigo tem o intuito de discutir sobre a importância e a necessidade das atividades de complementação escolar para o processo de ensino e aprendizagem, bem como, do papel do professor na sistematização de estratégias e orientação da rotina de estudos. A rotina de estudos se dá como complemento para a fixação de conteúdos, contribuindo e auxiliando na aprendizagem dos alunos, promovendo a autonomia pessoal através do gerenciamento do tempo, organização de seus pertences e, tomada de atitudes. Espera-se desta forma, ressaltar a necessidade do desenvolvimento de “hábitos de estudos”, corroborando com as finalidades e contribuições da rotina de estudos para o processo de ensino e aprendizagem.

Artigo recebido em: 17.08.2015.

Aprovado para publicação em: 26.10.2015.

INTRODUÇÃO

Pesquisas acadêmicas e estudos na área do ensino¹ apontam a importância e a necessidade da aplicação das atividades escolares para casa como fator impreterível no processo ensino aprendizagem. E a experiência mostra que a aquisição e aprimoramento do conhecimento obtido na escola é uma condição que auxilia no processo de aprendizagem da criança no início da sua escolaridade. Esse aprimoramento, via de regra, é feito por meio do estabelecimento de uma rotina de estudos sistematizada, garantindo a internalização do conhecimento por meio de práticas que favoreçam às crianças integrarem o conhecimento novo com o já aprendido. Entretanto, as várias atividades didático-pedagógicas elaboradas para que o aluno dê sequência na aprendizagem precisam ser prazerosas para se tornarem significativas.

Objetiva-se explicar sobre a importância da rotina de estudos, sobretudo, discutir sobre a importância e a necessidade das atividades de complementação escolar para o processo de ensino e aprendizagem, bem como, o papel do professor na sistematização de estratégias e orientação da rotina de estudos (aqui compreendida como revisão de conteúdos, pesquisas e realização de atividades escolares em casa) capazes de motivar no aluno o desenvolvimento de “hábitos de estudo”.

ROTINA DE ESTUDOS EM CASA: COMPLEMENTAR PARA EFETIVAR

A capacidade de aprender é uma das habilidades que melhor distingue o ser humano. Para Meirieu (1998), a aprendizagem pode ser definida por colocar-se diante da interação, pois é o elo de comunicação en-

tre os seres. Segundo este autor a aprendizagem põe frente a frente, em interação, um sujeito e o mundo, um aprendiz que já sabe sempre alguma coisa e um saber que só existe porque é reconstruído. Vygotsky (1998) também define aprendizagem como um processo, como os modos pelos quais os seres adquirem novos conhecimentos, desenvolvem competências e mudam o comportamento.

A atuação pedagógica do docente deverá interferir diretamente no real trazido pela criança, pela mediação dos conhecimentos novos, oportunizando ao aluno um salto para a constitutividade do conhecimento potencial. Sendo assim, não é qualquer prática pedagógica que garante esse processo. Para Vygotsky (1998), o que ocorre através de assistência, ou com o auxílio de uma pessoa mais especializada, futuramente se realizará de forma autônoma.

Existe um suporte, uma situação de interação, o sujeito especializado aquele que tem conhecimento, e um menos especializado. Isso Vygotsky (1998) chama de Zona de Desenvolvimento Proximal e o suporte. O suporte possibilita e desenvolve no sujeito menos capacitado, através do auxílio na execução das atividades, o domínio que lhe permite certa segurança. Ainda na perspectiva do autor, a atividade permite uma série de encaixes e relações complexas que podem ser relativamente independentes. Ele afirma que, “a atividade que não se pode se formar por si mesma na criança, forma-se mediante a comunicação prática e verbal com as pessoas que as rodeiam, numa atividade comum com ela”.

Nesse sentido, o papel do professor ou do outro mais informado, é fundamental para que a criança possa compreender e internalizar o conhecimento. Assim atividades pedagógicas direcionadas para espaços que não sejam a sala de aula deverão ser bem orientadas para que o aluno possa em outro momento, executá-la.

Para Cagliari (1999), quem ensina deve procurar transmitir as informações mais relevantes, organizando-as de modo a ser compreendido, para que seus ouvintes aprendam o que se deseja transmitir. Assim como Vygotsky, Cagliari acredita que o professor como mediador da aprendizagem proporcionará encaminhamentos significativos e oportunizará ao aluno a apreensão de novas informações e a articulações do novo com o já dominado.

Existem escolas que organizam classes homogêneas, na tentativa de facilitar o processo de ensino, sem levar em conta que a maneira como aquilo que é ensinado passa a ser aprendido é do foro íntimo de cada indivíduo. Um aluno pode e deve ensinar o outro, pode usar da criatividade para procurar diferentes explicações e soluções para problemas, pode pensar, refletir, refazer e complementar o pensamento sobre problemas.

Na concepção de Assmann (2008) o professor deve ensinar sabendo que só existirá aprendizagem partindo da iniciativa do aprendiz. Segundo ele “é preciso que haja também uma grande participação do aprendiz, porque afinal de contas é ele quem precisa aprender e mostrar o que aprendeu e, sobretudo, saber que aprendeu” (ASSMANN, 2008, p. 34).

Para Cagliari (1999) pode-se dizer que na educação existem dois métodos essenciais, que são utilizados como variantes, um é baseado no ensino e o outro na aprendizagem. O domínio do conteúdo (ensino) e a habilidade didática (para o aprender) é o que torna a aprendizagem facilitada e naturalmente entendida pelo educando, em outras palavras, o professor deve aprender a ensinar.

Zabala (1998) afirma que na escola encontra-se uma diversidade de mentes que compreendem a informação de maneiras distintas. Cada um utiliza suas vivências e experiências prévias como forma de entender e interpretar o conhecimento que lhe é oferecido. Fica notória então, por este fato, a razão porque encontramos nos bancos escolares uma diversidade de pensamentos e ideias sobre o mesmo conhecimento.

No ensino, como um sistema hierárquico, em que os conteúdos escolares são organizados em sequência, obedecendo a concepção do mais fácil para o mais difícil, o que é necessário é o professor não “correr” no

processo, mas ter clareza que o aluno precisa de tempo para aprender. Uns precisam de mais tempo outros menos.

De acordo com a perspectiva tradicional, o professor enquanto detentor absoluto do conhecimento e do saber deve repassar para ao educando seu conhecimento utilizando de múltiplas estratégias e métodos de ensino. Zabala (1998) define técnicas e métodos de ensino utilizados na sala de aula e fora dela, como sequências didáticas organizadas para unir e articular as diferentes atividades da prática educativa. Zabala (1998, p. 54) afirma ainda que “... as atividades, e as sequências que se formam, terão um ou outro efeito educativo em função das características específicas das relações que possibilitam”.

Neste mesmo sentido, Behrens (2010) afirma que a metodologia sistêmica, prescreve o encontro entre teoria e prática, caracterizando uma opção que busque equilíbrio entre pressupostos teóricos e práticos numa interdependência direta. As duas visões (teoria e prática) se complementam, se interconectam, e buscam provocar a visão do todo.

Essa concepção sistêmica intervém com a crença de que a aprendizagem se dá por reprodução, repetição de ações, de informações repetidas sem mudança. Entende-se, dentro dessa concepção, que as ações desempenhadas e abordagens feitas pelo educador em relação ao conhecimento a ser oferecido ao aluno precisam ser de fato coerentes com o ambiente de aprendizagem. Conforme salienta Moraes (1997, p. 152): “A prática traz em si o significado real das coisas locais, das condições que permeiam a ação educacional, o que significa que ela é construída no local pelos indivíduos que dela participam”.

Luck (1994) aponta que as práticas pedagógicas, para terem sucesso na aprendizagem dos alunos precisam estar pautadas nas concepções e nos fazeres cotidianos das salas de aula, para ele constitui condição para melhoria da qualidade do ensino mediante a superação contínua da clássica fragmentação, ou seja, da realização das “tarefas escolares”, realizadas de forma mecânica e sem produzir a aprendizagem esperada.

O aluno precisa estabelecer relação entre o que lhe foi oferecido e o que aprendeu, para que assim se dê conta das suas dificuldades e das habilidades adquiridas, isso permite que o aluno almeje sempre aprender. Mas tal resultado dependerá muito do professor, da condução de sua prática pedagógica, de forma que o aluno perceba, entenda a contribuição do aprender para aquisição da sua autonomia e da sua própria existência.

A ROTINA DE ESTUDOS: FIXAÇÃO, AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM

Promover formas claras e coerentes de aprendizagem é propiciar que o aluno apreenda significativamente os conteúdos propostos pelo currículo escolar. Fujimoto e Martins (2013) defendem que cada aluno tem uma forma de aprender e o professor precisa identificar as tendências e pontos fortes naturais de cada aluno e a sua melhor forma de aprendizagem. Deve preparar atividades que possibilitem ao aluno expor o que sabe sobre o conteúdo, permitindo uma maior circulação de informações. Além disso, o professor precisa estabelecer relações significativas entre sua disciplina e outras da mesma área do saber.

Inexiste na contemporaneidade um processo escolar capaz de atender e cuidar cautelosamente da individualidade sem que viabilize aproveitamento de grande parte do potencial humano. O processo de avaliação, segundo a visão de Esteban (2001), precisa ser modificado, passando de uma mudança onde possa ser constituída uma nova cultura de conhecimentos básicos, que priorize a dimensão ética e vá além da mera técnica.

Nessa perspectiva caminha a comunidade educativa, composta por educadores, pedagogos e especialistas na área da educação. Corroboram a importância de se realizar rotina de estudos diariamente, para a obtenção do conhecimento de forma gradativa. São unânimes quando defendem que, devido ao grande número de conteúdos escolares demandado pelas diretrizes curriculares, os alunos precisam criar hábito estudos de for-

ma autônoma para a revisão de conteúdos, pois rotina de estudos é bem mais do que fazer tarefas escolares. Rotina de estudos é, momento de analisar e conhecer algo, ao ponto de interpretar e reproduzir com clareza.

Carvalho (2004) afirma que a rotina de estudos é uma reconhecida necessidade educacional, sendo concebida como uma ocupação adequada para os estudantes em casa; é um componente importante do processo ensino-aprendizagem e do currículo escolar; e pode ser concebida como uma política tanto da escola, quanto do sistema de ensino. O objetivo da rotina de estudos é ampliar a aprendizagem em quantidade e qualidade, para além do tempo-espço escolar, visando estimular o progresso educacional e social dos alunos.

Com o hábito de estudo fazendo parte da rotina, evitar-se-ia o acúmulo de conteúdos, dos famosos bicos que ocorrem quando não há aprendizagem, e também da memorização de curto prazo. Os alunos, não precisariam “decorar” conteúdos, nem “preparar colas” quando não conseguissem aprender os conteúdos para as avaliações.

Quanto às funções atribuídas a rotina de estudos, elencamos as principais segundo a perspectiva de Nogueira (2003):

- a) criar um hábito de trabalho intelectual na criança (leitura e pesquisa);
- b) fixar a aprendizagem realizada em sala de aula;
- c) Desenvolver no aluno senso de responsabilidade;
- d) Contribuir para um rendimento escolar de qualidade;
- e) Criar no aluno o desejo de busca de conhecimento, como de seu aprofundamento e de sua ampliação;
- f) melhorar o nível de aprendizagem do aluno.

Fujimoto (2013) elenca seis aspectos a serem observados na rotina escolar para que esta colabore para a aprendizagem efetiva:

- a) estabelecer horário para a rotina;
- b) proporcionar um ambiente adequado, ventilado, espaçoso que não tenha distrações;
- c) organizar os materiais antes de começar a lição com tudo que será utilizado;
- d) incentivar o hábito de leitura;
- e) não fazer a lição de casa para a criança;
- f) envolvimento familiar.

O cotidiano escolar em parte, vivencia a diferente relação entre o que se é proposto nos exercícios para casa e a resposta que se obtém de volta aos bancos escolares. O resultado da interação entre a quantidade e a qualidade aparece na avaliação, que ainda se traduz em uma nota. Para Vasconcellos (2008), o grande embaraço em traduzir a avaliação do conhecimento em uma nota (ter que enquadrar o aluno num número) ocorre porque a nota é algo artificial, uma exigência colocada de fora para dentro na escola (demanda do sistema social excludente) diferente da avaliação, que é algo natural à ação humana consciente.

A avaliação deveria ser um estímulo para quem aprende e para quem ensina, o avaliar deveria permitir conhecer o aluno e ao mesmo tempo conhecer-se, como professor, procurando entender o que seus alunos podem vir a entender/compreender e que adaptações permitirão que essa ação seja realizada. O erro do educando, neste contexto, passa a ser entendido como um processo de crescimento, a partir do qual é possível construir e organizar os saberes. Esteban (2001) aponta que o erro, muitas vezes mais do que o acerto, revela o que o aluno “sabe”, colocando esse saber numa perspectiva processual, indicando também aquilo que ele “ainda não sabe, portanto pode vir a saber.

O replanejamento do professor, de sua prática pedagógica, deveria ocorrer a partir da reflexão sobre o que “erra” o aluno; sobre o que ele já domina, e sobre o que precisa aprender. Também compreender se o erro se deu por distração ou por concepção. Todo processo pedagógico deveria ser avaliado, porém o professor prioriza alguns fragmentos desse processo para “atribuir notas” e utiliza a atividade para casa como um dos critérios de avaliação. São muitas as manifestações expressas pelos professores, nos cadernos dos alunos, quando não realizam as tarefas: carimbos “não fez a tarefa”, anotações “em branco”, ou “incompleto”. Entretanto, se o docente não retoma os exercícios, esse tipo de sinalização não é significativa. Para haver evolução e aprendizagem é necessário “rever” a abordagem dada a essas “tarefas”.

Observa-se, no entanto, que os fatores imprescindíveis do avaliar precisam ser (re)vistos e (re)avaliados, afirmando desta forma, que as atividades sejam de fato significativas aos seus destinatários, capaz de fazer com que os educandos tenham uma nova visão do que lhe foi ensinado (e por ele aprendido) nos bancos escolares.

A avaliação entendida como compromisso com a aprendizagem tem na visão de Vasconcellos (2008) que incluir uma ação de caráter transformador. E para assumir o caráter transformador (e não de mera constatação), deve estar comprometida com a aprendizagem (e desenvolvimento) da totalidade dos alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação escolar tem a finalidade de compreender a criança de forma plena e procura observá-la nos seus vários contextos como: família, escola e grupo social. No decorrer de toda evolução da história da educação os principais envolvidos com essa dinâmica, professores e os pais sempre acreditaram que rotina de estudos é fator determinante e necessário para complementar a aprendizagem dos alunos, criar e/ou desenvolver responsabilidade no aluno.

Portanto, é preciso ter claro as concepções de aprender, ensinar e avaliar que se assume para se compreender a função pedagógica das atividades destinadas a serem realizadas em casa. Tão importante quanto, é orientar e oferecer aos alunos estratégias de estudos interessantes para que os mesmos representem suas aprendizagens de forma competente e prazerosa, de forma a não encontrarem desculpas para a sua não realização.

Para criar hábitos de estudo, é necessário oportunizar e disponibilizar um espaço adequado, organizado com a finalidade de fixação de conteúdos e de incentivo. Aos pais competem incentivá-las a essa responsabilidade, ao demonstrar interesse e ao dar autonomia com o intuito de oferecer auxílio na compreensão em vez de fazer a lição pela criança. A escola, cabe compreender que tal proposta também é sua responsabilidade, parte de sua função. A rotina de estudos é uma atividade pedagógica que deverá garantir a participação, articulação e cumplicidade entre família e escola, com objetivo único de superação de dificuldades cognitivas do aluno para a aquisição do conhecimento científico.

NOTAS

1. FUJIMOTO, Adriana de Oliveira Pereira & MARTINS, Rosmeire Aparecida Zarantonelli. A lição de casa no processo ensino-aprendizagem: um estudo de caso em Itapevi/SP. NOGUEIRA, Martha Guanaes. Tarefa de Casa. Uma violência consentida? São Paulo: Loyola, 2002. CARVALHO, M. E.P. Escola como extensão da família ou família com extensão da escola? O dever de casa e as relações família – escola. Revista Brasileira de Educação, n.25 p. 94 –104 (jan. – ab. 2004).

REFERÊNCIAS

- ASSMANN, Hugo. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. 10 ed./ Hugo Assmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma emergente e a prática pedagógica**/ Marilda Aparecida Behrens. Petrópolis, RJ: 4. ed. Vozes,2010.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização sem o BA, BE, BI, BO, BU**. Editora Scipione,2002.
- CARVALHO, M. E.P. **Escola como extensão da família ou família com extensão da escola? O dever de casa e as relações família – escola**. Revista Brasileira de Educação, n.25 p. 94 –104 (jan. – ab. 2004).
- ESTEBAN, Maria Teresa – **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Maria Teresa Esteban (org.) /3. ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- FUJIMOTO, Adriana de Oliveira Pereira; & MARTINS, Rosmeire Aparecida Zarantonelli. A lição de casa no processo ensino-aprendizagem: um estudo de caso em Itapevi/SP. **E-FACEQ: revista dos discentes da Faculdade Eça de Queirós**, ISSN 2238-8605, Ano 2, número 2, agosto de 2013. Disponível em: <<http://e-faceq.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 25/09/2016.
- LUCK, Heloísa. **Pedagogia Interdisciplinar: Fundamentos teóricos metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- MEIRIEU, Philippe. **Aprender... sim**, mas como. Trad. Vanise. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- MORAES, Maria Cândida. **O Paradigma Educacional Emergente**. Campinas, SP: Papyrus, 1997.
- NOGUEIRA, Martha Guanaes. **Tarefa de Casa: Uma violência Consentida?** São Paulo: Loyola, 2002.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Avaliação da Aprendizagem: Práticas de Mudança- Por uma práxis transformadora**. São Paulo: Libertad, 2008.
- VYGOTSKY, Lev. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa: Como ensinar**. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

